



QUESTÕES COMENTADAS

Questão 01 (FCC - 2009 – TRT 3ª REGIÃO - ADAPTADA)

O Tribunal tem o tratamento de Egrégio Tribunal e os seus membros, possuem a designação específica de:

- a) Desembargadores Estaduais de Justiça e são tratados como Excelência.
- b) Desembargadores de Justiça e são tratados como Meritíssimo.
- c) Desembargadores e são tratados como Excelência.
- d) Desembargadores de Direito, apenas.
- e) Desembargadores e são tratados como Meritíssimo.

Comentários

Os membros do Tribunal são os Desembargadores e são tratados como Excelência.

Art. 2º Têm o Tribunal de Justiça e todos os seus Órgãos o tratamento de Egrégio e os seus membros, o de Excelência.

Parágrafo único. É privativo dos integrantes e ex-integrantes do Tribunal o título de Desembargador.

GABARITO: Letra C.

Questão 02 (ESAF - 2002 - TJ-CE - ADAPTADA)

Assinale a opção correta.

- a) Nos termos do Regimento Interno, ao Tribunal é atribuído o tratamento de "ilustre".
- b) O Tribunal de Justiça é composto por Desembargadores, Juízes de Direito e membros do Ministério Público.
- c) Atribui-se o tratamento de "Excelência" aos Desembargadores ativos e aposentados.
- d) Apenas os membros em atividade do Tribunal de Justiça atribui-se o tratamento de "Excelência".
- e) O Tribunal de Justiça, que tem sede na Capital, tem também jurisdição restrita a Campo Grande.

Comentários

Vamos ponto a ponto:

LETRA A – Errada. O tratamento atribuído ao Tribunal é o de EGRÉGIO.

LETRA B – Errada. O Tribunal de Justiça é composto por Desembargadores.

LETRA C – Correta.



Art. 2º Parágrafo único. É privativo dos integrantes e ex-integrantes do Tribunal o título de Desembargador.

LETRA D – Errada. Vide letra C.

LETRA E – Errada. O Tribunal de Justiça, que tem sede na Capital, tem jurisdição em todo o estado.

GABARITO: Letra C

Questão 03 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Com base no que dispõe o Regimento Interno, assinale a opção correta.

- a) O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes, pelos Desembargadores, pelo Corregedor-Geral da Justiça e pelo Corregedor.
- b) Nos afastamentos, ausências ou impedimentos, o Presidente é substituído pelo Vice-Presidente e este pelo Corregedor-Geral de Justiça.
- c) O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça integrarão Câmaras ou Seções, na falta dos seus membros.
- d) Em suas ausências e impedimentos o Corregedor-Geral de Justiça é substituído pelo Vice-Presidente, ou, na impossibilidade deste, pelo Desembargador mais antigo no Tribunal e que não esteja em substituição ao Vice-Presidente.
- e) Nas sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, ausentes o Presidente e o Vice-Presidente, assumirá a direção dos trabalhos o Desembargador mais antigo entre os presentes.

Comentários

Vamos ponto a ponto:

LETRA A – Errada. O TJ-MS tem apenas três cargos de direção: O presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral.

Art. 3º São cargos de direção do Tribunal de Justiça o de Presidente, o de Vice-Presidente e o de Corregedor-Geral de Justiça.

LETRA B – Errada.

Art. 14. Nos afastamentos, ausências ou impedimentos, o Presidente é substituído pelo Vice-Presidente e este pelo **Desembargador de maior antiguidade no Tribunal.**

LETRA C – Errada. Os membros da cúpula diretiva não integram as seções ou câmaras, mesmo na falta de outros membros.

Art. 4º O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral de Justiça não integram as Seções e as Câmaras.

LETRA D – Errada.



2º SIMULADO TJ-MS

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
PROF. TIAGO ZANOLLA

Art. 14. § 1º Nas mesmas situações, o Corregedor-Geral de Justiça é substituído pelo **Corregedor-Adjunto**, ou, na impossibilidade deste, pelo Desembargador mais antigo no Tribunal e que não esteja em substituição ao Vice-Presidente.

LETRA E – Correta.

Art. 16. Nas sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, ausentes o Presidente e o Vice-Presidente, assumirá a direção dos trabalhos o Desembargador mais antigo entre os presentes.

GABARITO: Letra E

Questão 04 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

O Tribunal Pleno se reúne na _____ sessão ordinária do mês de _____, nos anos _____, ou, em sessão _____ para a eleição dos cargos de direção.

Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas acima

- a) última; outubro; pares; extraordinária.
- b) primeira; janeiro; pares; ordinária
- c) última; dezembro; ímpares; ordinária.
- d) última; janeiro; ímpares; extraordinária.
- e) primeira; janeiro; ímpares; extraordinária.

Comentários

O fundamento é o artigo quinto:

Art. 5º O Tribunal Pleno se reúne na **última** sessão ordinária do mês de **outubro**, nos anos **pares**, ou, em sessão **extraordinária** para a eleição dos cargos de direção.

GABARITO: Letra A

Questão 05 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Com base no que dispõe o Regimento Interno, assinale a opção correta.

- a) Nos impedimentos ocasionais o substituto deixará suas funções ordinárias.
- b) Nas sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, ausentes o Presidente e o Vice-Presidente, assumirá a direção dos trabalhos o Desembargador mais antigo entre os presentes.
- c) O Desembargador que houver renunciado à eleição para cargo de direção está impedido de aceitar, posteriormente, a convocação para substituir nos mesmos cargos, como decorrência de sua posição na ordem de antiguidade.
- d) O Desembargador eleito para exercer função no Tribunal Regional Eleitoral não está impedido de ser convocado para substituir em cargo de direção do Tribunal de Justiça



e) Se o afastamento do relator, por motivo superveniente ao lançamento do visto nos autos, for superior a sessenta dias, o feito será retirado de pauta e redistribuído ao revisor, se houver, ou ao primeiro vogal

Comentários

Vamos ponto a ponto:

LETRA A – Errada.

Art. 17. Nos impedimentos ocasionais o substituto **não** deixará suas funções ordinárias.

LETRA B – Correta.

Art. 16. Nas sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, ausentes o Presidente e o Vice-Presidente, assumirá a direção dos trabalhos o Desembargador mais antigo entre os presentes.

LETRA C – Errada.

Art. 14. § 3º O Desembargador que houver renunciado à eleição para cargo de direção **não está impedido** de aceitar, posteriormente, a convocação para substituir nos mesmos cargos, como decorrência de sua posição na ordem de antiguidade.

LETRA D – Errada.

Art. 14. § 4º O Desembargador eleito para exercer função no Tribunal Regional Eleitoral **está impedido** de ser convocado para substituir em cargo de direção do Tribunal de Justiça

LETRA E – Errada.

Art. 19. Se o afastamento do relator, por motivo superveniente ao lançamento do visto nos autos, for superior a **trinta** dias, o feito será retirado de pauta e redistribuído ao revisor, se houver, ou ao primeiro vogal

GABARITO: Letra B

Questão 06 (IESES - 2014 - TJ-MS)

Os desembargadores, no âmbito das Turmas ou das Seções, do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul substituem-se uns aos outros, na ordem:

- a) Dada em sorteio.
- b) Decrescente de antiguidade.
- c) Crescente de antiguidade.
- d) Determinada no planejamento estratégico anual.

Comentários

Os desembargadores, no âmbito das Turmas ou das Seções, do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul substituem-se uns aos outros, na ordem

Decrescente de antiguidade.

Art. 15. Os Desembargadores, no âmbito das Câmaras ou das Seções, substituem-se uns aos outros, na ordem decrescente de antiguidade.

**GABARITO:** Letra B**Questão 07 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)**

Com base no que dispõe o Regimento Interno, assinale a opção correta no que tange a vacância dos cargos de direção

- a) Se ocorrer vacância da Presidência durante o segundo semestre do mandato, assumirá o exercício do cargo o Vice-Presidente, que se tornará inelegível para o período seguinte.
- b) Dando-se a vacância a partir do segundo semestre do mandato, se o Vice-Presidente manifestar a sua disposição de não assumir o cargo, será o período completado pelo Desembargador mais antigo, salvo inelegibilidade ou renúncia, quando assumirá o Desembargador seguinte na ordem de antiguidade.
- c) Ocorrendo a vacância no cargo de Vice-Presidente dentro do primeiro semestre do mandato, assumirá o Desembargador mais antigo.
- d) Ocorrendo a vacância no cargo de Corregedor-Geral de Justiça dentro do primeiro semestre do mandato, haverá eleição de substituição, concorrendo os Desembargadores mais modernos, elegíveis e que não manifestarem renúncia.
- e) Se a vacância nos cargos de Vice-Presidente e de Corregedor-Geral de Justiça se der a partir do segundo semestre, ao eleito se aplica a vedação de reeleição.

Comentários

Vamos ponto a ponto:

LETRA A – Errada.

Art. 9º Se ocorrer vacância da Presidência durante o **primeiro semestre** do mandato, assumirá o exercício do cargo o Vice-Presidente, que se tornará inelegível para o período seguinte.

LETRA B – Correta.

Art. 9º Parágrafo único. Dando-se a vacância a partir do segundo semestre do mandato, se o Vice-Presidente manifestar a sua disposição de não assumir o cargo, será o período completado pelo Desembargador mais antigo, salvo inelegibilidade ou renúncia, quando assumirá o Desembargador seguinte na ordem de antiguidade.

LETRA C e D – Erradas.

Art. 10. Ocorrendo a vacância nos cargos de Vice-Presidente e de Corregedor-Geral de Justiça dentro do primeiro semestre do mandato, **haverá eleição de substituição**, concorrendo os **Desembargadores mais antigos**, elegíveis e que não manifestarem renúncia.

LETRA E – Errada.

Art. 10. Parágrafo único. Se a vacância se der a partir do segundo semestre, **ao eleito não se aplica a vedação** do art. 6º deste Regimento.



GABARITO: Letra B

Questão 08 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Com base no que dispõe o Regimento Interno, os Desembargadores poderão ser removidos de uma Seção ou Câmara para outra, mediante

- a) Aprovação do Órgão Especial.
- b) Aprovação do Tribunal Pleno
- c) Aprovação do Presidente do Tribunal de Justiça
- d) Aprovação do Conselho Superior da Magistratura
- e) Aprovação do membros das respectivas Câmaras ou Seções

Comentários

Para remoção ou permuta é necessária aprovação do Órgão Especial.

Art. 31. Os Desembargadores, com a aprovação do Órgão Especial, poderão ser removidos de uma Seção ou Câmara para outra, no caso de vaga ou mediante permuta.

GABARITO: Letra A

Questão 09 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Com base no que dispõe o Regimento Interno, assinale a opção correta.

- a) Nas infrações penais comuns, os Desembargadores serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça.
- b) Nos crimes de responsabilidade, os Desembargadores serão processados e julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) Nas infrações penais comuns e nas de responsabilidade, os Desembargadores serão processados e julgados pelo Superior Tribunal Federal.
- d) Nas infrações administrativas, os Desembargadores serão processados e julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) Nas infrações penais comuns e nas de responsabilidade, os Desembargadores serão processados e julgados pelo Tribunal Regional Federal.

Comentários

Nas infrações penais comuns e nas de responsabilidade, os Desembargadores serão processados e julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

Art. 29. Nas infrações penais comuns e nas de responsabilidade, os Desembargadores serão processados e julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

GABARITO: Letra B

**Questão 10 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)**

Com base no que dispõe o Regimento Interno, assinale a opção correta.

- a) O Desembargador nomeado ou eleito terá o prazo de sessenta dias para tomar posse.
- b) Se o indicado estiver em gozo de licença ou férias, o prazo será de dez dias, a contar do seu término, prorrogáveis por mais dez a requerimento do interessado.
- c) O Desembargador nomeado ou eleito terá o prazo de dez dias para tomar posse.
- d) Se o indicado estiver em gozo de licença ou férias, o prazo será de dez dias, a contar do seu término, prorrogáveis por mais dez a requerimento do interessado.
- e) Os prazos para posse são improrrogáveis.

Comentários

Vamos ponto a ponto:

LETRA A – Errada. O prazo é de 30 dias.

Art. 28. O Desembargador nomeado ou eleito terá o prazo de trinta dias para tomar posse.

LETRA B – Errada. O prazo a partir do término da licença ou férias somente é válido para os eleitos.

Art. 28. § 1º Se o eleito estiver em gozo de licença ou férias, o prazo será de dez dias, a contar do seu término, prorrogáveis por mais dez a requerimento do interessado.

LETRA C – Errada. O prazo é de 30 dias.

LETRA D – Correta.

LETRA E – Errada.

Art. 28. § 2º Os prazos estabelecidos neste artigo **poderão ser prorrogados**, se por absoluta impossibilidade o Desembargador não puder tomar posse, devendo, nesse caso, formalizar o pedido de prorrogação que, devidamente instruído, será apreciado pelo Tribunal Pleno.

GABARITO: Letra D

Questão 11 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Poderão ter assento, simultaneamente, em Seções ou Câmaras

- a) Parentes consanguíneos de o terceiro grau
- b) Parentes por afinidade de o primeiro grau
- c) Ascendente de segundo grau
- d) Descendente de quarto grau
- e) Parentes consanguíneos ou afins de terceiro grau

Comentários



A vedação atinge parentes até o terceiro grau.

Art. 36. Não poderão ter assento, simultaneamente, em Seções ou Câmaras, parentes consanguíneos ou afins, na linha ascendente ou descendente e, na linha colateral, até o terceiro grau.

Portanto, parentes de quarto grau podem atuar juntos no mesmo órgão.

GABARITO: Letra D

Questão 12 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

O Desembargador poderá obter licença, por motivo de doença grave do cônjuge, companheiro(a). No que diz respeito a essa licença, marque a opção correta nos termos do Regimento Interno

- a) Pode ser concedida até parentes de terceiro grau
- b) Será concedida com desconto de dois terços, até o sexto mês
- c) Será concedida com desconto de um terço, a partir do sétimo mês até um ano
- d) Será concedida com sem vencimentos, a partir do décimo mês
- e) Será concedida com vencimentos integrais, se a duração não exceder três meses

Comentários

Vamos ponto a ponto:

LETRA A – Errada. Vale só até o segundo grau.

Art. 41. § 2º Desembargador poderá obter licença, por motivo de doença grave do cônjuge, companheiro(a) e de parentes até segundo grau, desde que seja indispensável a assistência pessoal e ocorrer a incompatibilidade de sua prestação com o exercício do cargo.

DEMAIS ALTERNATIVAS:

§ 4º A licença prevista no § 2º será concedida:

- a) com vencimentos integrais, se a duração não exceder três meses; → **LETRA B**
- b) com desconto de um terço, até o sexto mês; → **LETRA C**
- c) com desconto de dois terços, a partir do sétimo mês até um ano; → **LETRA D**
- d) sem vencimentos, a partir do décimo terceiro mês. → **LETRA E**

GABARITO: Letra E

Questão 13 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Com base no que dispõe o Regimento Interno, serão considerados de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias em que o Desembargador estiver afastado do serviço em virtude de:

- a) casamento, até dez dias



- b) falecimento do cônjuge ou companheiro(a), ascendente, descendente, irmão e sogros, até 15 dias
- c) convocação militar ou outros serviços por lei obrigatórios, até trinta dias
- d) para a realização de tarefa relevante no interesse da Justiça, até sessenta dias
- e) decorrência de falecimento de padrasto ou madrasta, até dois dias.

Comentários

Vamos ponto a ponto:

LETRAS A, B, C e D – Erradas. São todas licenças até oito dias.

LETRA E – Correta.

Art. 42. Serão considerados de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias em que o Desembargador estiver afastado do serviço em virtude de:

IV - de até dois dias em decorrência de falecimento de padrasto ou madrasta;

GABARITO: Letra E

Questão 14 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Quando o afastamento for por período igual ou superior a _____, serão redistribuídos, dentro do respectivo órgão julgador, mediante oportuna compensação e consoante fundada alegação do interessado, os *habeas corpus*, os mandados de segurança e os feitos que reclamam solução urgente; em caso de vaga, ressalvados esses processos, os demais serão distribuídos ao novo Desembargador que preenchê-la.

Com base no que dispõe o Regimento Interno, que prazo é esse?

- a) 02 dias
- b) 03 dias
- c) 05 dias
- d) 15 dias
- e) 30 dias

Comentários

O prazo de afastamento é de 3 dias.

Art. 47. Quando o afastamento for por período igual ou superior a três dias, serão redistribuídos, dentro do respectivo órgão julgador, mediante oportuna compensação e consoante fundada alegação do interessado, os *habeas corpus*, os mandados de segurança e os feitos que reclamam solução urgente; em caso de vaga, ressalvados esses processos, os demais serão distribuídos ao novo Desembargador que preenchê-la.

GABARITO: Letra B

**Questão 15 (IESES - 2014 - TJ-MS - adaptada)**

Após a verificação da vaga a indicação para o preenchimento do cargo de desembargador será feita no prazo de:

- a) Até vinte dias.
- b) Até trinta dias.
- c) Até quarenta dias
- d) Até quarenta e cinco dias.
- e) Até sessenta dias.

Comentários

O preenchimento será feito no prazo de 40 dias.

Art. 25. A indicação para o preenchimento do cargo de Desembargador será feita no prazo de até quarenta dias após a verificação da vaga.

GABARITO: Letra C

Questão 16 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Após a verificação da vaga a indicação para o preenchimento do cargo de desembargador na vaga correspondente ao quinto reservado ao Ministério Público e a advogado, o Presidente do Tribunal de Justiça baixará edital, comunicando o fato, e oficiará ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no prazo de

- a) 24 horas
- b) 05 dias
- c) 10 dias
- d) 30 dias
- e) 40 dias

Comentários

Na hipótese de vacância de membros do quinto constitucional, o Presidente do Tribunal de Justiça baixará edital, comunicando o fato, e oficiará ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no prazo de 05 dias.

Art. 26. Na vaga correspondente ao quinto reservado ao Ministério Público e a advogado, nos cinco dias seguintes à ocorrência, o Presidente do Tribunal de Justiça baixará edital, comunicando o fato, e o ciará ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, segundo a hipótese, para as providências previstas no parágrafo único do art. 94 da Constituição Federal e no parágrafo único do art. 99 da Constituição Estadual.



GABARITO: Letra B

Questão 17 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

O Tribunal de Justiça compõe-se de

- a) 25 Desembargadores
- b) 30 Desembargadores
- c) 32 Desembargadores
- d) 38 Desembargadores
- e) 45 Desembargadores

Comentários

Esse é o tipo de questão que falei no começo da aula. Veja que o enunciado não diz com base em qual normativo ele deve ser respondido. Nesse caso, analise as alternativas. Dentre as opções, só encontramos 32 Desembargadores conforme consta no Regimento.

Art. 48. O Tribunal de Justiça compõe-se de **trinta e dois Desembargadores**, promovidos e nomeados na forma da Constituição e da lei.

Parágrafo único. Esse número só poderá ser alterado por proposta motivada do Tribunal.

GABARITO: Letra C

Questão 18 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Com base no que dispõe o Regimento Interno, o Tribunal de Justiça Funcionará

- a) Em reuniões do Conselho da Magistratura
- b) Em sessões das Comissões Permanentes
- c) Em reuniões do Tribunal Pleno
- d) Em reuniões do Órgão Especial
- e) Em reuniões das Comissões Temporárias

Comentários

A questão é fundamentada no artigo 49:

Art. 49. O Tribunal de Justiça funcionará:

I - Em sessões:

- a) do Tribunal Pleno;
- b) do Órgão Especial;
- c) do Conselho Superior da Magistratura;
- d) da Seção Especial Cível;



- e) da Seção Especial Criminal;
 - f) das Seções Cíveis;
 - g) da Seções Criminais;
 - h) das Câmaras Cíveis;
 - i) das Câmaras Criminais.
- II - em reuniões das comissões permanentes ou temporárias.

Portanto, as reuniões são apenas das comissões, sejam elas permanentes ou temporárias. Assim, a correta é a letra E.

GABARITO: Letra E

Questão 19 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores. Conforme disposto no Regimento Interno, como será completado o quórum de julgamento?

- a) Mediante escala automática dentre todos os Desembargadores.
- b) Mediante designação do Presidente do Tribunal
- c) Mediante escala mensal elaborada pelo Órgão Especial
- d) Mediante escala mensal elaborada pelo Conselho da Magistratura
- e) Mediante escala semestral elaborada pela Corregedoria-Geral de Justiça

Comentários

Conforme disposto no Regimento, a escala será elaborada pelo Conselho da Magistratura.

Art. 49. Parágrafo único. Para fins de cumprimento do art. 942 do Código de Processo Civil, o Conselho Superior da Magistratura, mediante Portaria, baixará a escala mensal dos julgadores complementares, respeitada a convocação entre os integrantes dos órgãos fracionários cíveis, aptos a proferir votos, sendo dois titulares e dois eventuais, observando-se:

GABARITO: Letra D

Questão 20 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Com base no que dispõe o Regimento Interno, não é uma comissão permanente do Tribunal

- a) Técnica de Regimento Interno
- b) Técnica de Jurisprudência



- c) Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
- d) Comissão de Concurso
- e) Modernização e Gestão do Poder Judiciário

Comentários

As comissões permanentes são aquelas previstas no artigo 70. Qualquer outra citada será temporária.

Art. 70. Além dos órgãos jurisdicionais e administrativos, o Tribunal de Justiça contará com as seguintes **comissões permanentes**:

- I - Técnica de Organização Judiciária e Legislação;
- II - Técnica de Regimento Interno;
- III - Técnica de Biblioteca e Publicações;
- IV - Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- V - Técnica de Jurisprudência;
- VI - Modernização e Gestão do Poder Judiciário;
- VII - Técnica de Memória, Documentação e Arquivo Geral.

GABARITO: Letra D

Questão 21 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

O Órgão Especial será composto

- a) Pelo Presidente do Tribunal, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de Justiça, que nele exercerão diferentes funções, e de mais doze Desembargadores, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo Tribunal Pleno, à medida que ocorrerem.
- b) Pelo Presidente do Tribunal, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de Justiça, que nele exercerão iguais funções, e de mais doze Desembargadores, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo Tribunal Pleno, à medida que ocorrerem.
- c) Pelo Presidente do Tribunal, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de Justiça, que nele exercerão iguais funções, e de mais quinze Desembargadores, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo Tribunal Pleno, à medida que ocorrerem.
- d) Pelo Presidente do Tribunal, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de Justiça, que nele exercerão iguais funções, e de mais dez Desembargadores, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo Tribunal Pleno, à medida que ocorrerem.
- e) Pelo Presidente do Tribunal, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de Justiça, que nele exercerão iguais funções, e de mais doze Desembargadores provendo-as pelos Desembargadores mais antigos.

**Comentários**

Atenção a redação:

Art. 53. O Órgão Especial será composto do Presidente do Tribunal, do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de Justiça, que nele exercerão iguais funções, e de mais doze Desembargadores, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo Tribunal Pleno, à medida que ocorrerem.

GABARITO: Letra B

Questão 22 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Os feitos, no Tribunal Pleno, serão julgados por

- a) um relator e, pelo menos, mais dezenove vogais.
- b) um relator e, pelo menos, mais dez vogais.
- c) um relator e, pelo menos, mais nove vogais.
- d) um relator, um revisor e, pelo menos, mais dezenove vogais.
- e) um relator e, no máximo, mais dezenove vogais.

Comentários

Os feitos, no Tribunal Pleno, serão julgados por um relator e, pelo menos, mais dezenove vogais.

Art. 52. Os feitos, no Tribunal Pleno, serão julgados por um relator e, pelo menos, mais dezenove vogais.

GABARITO: Letra A

Questão 23 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

No Órgão Especial os feitos serão julgados

- a) por um relator e, pelo menos, mais oito vogais, exceto nas questões em que se exija quórum qualificado.
- b) sempre por um relator e, pelo menos, mais oito vogais.
- c) por um relator e, pelo menos, mais nove vogais, exceto nas questões em que se exija quórum qualificado.
- d) sempre por um relator e, pelo menos, mais doze vogais.
- e) por um relator e, pelo menos, mais dois vogais, exceto nas questões em que se exija quórum qualificado.

Comentários

No Órgão Especial os feitos serão julgados por um relator e, pelo menos, mais oito vogais, exceto nas questões em que se exija quórum qualificado.



Art. 52. Parágrafo único. No Órgão Especial os feitos serão julgados por um relator e, pelo menos, mais oito vogais, exceto nas questões em que se exija quórum qualificado.

GABARITO: Letra A

Questão 24 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Com base no que dispõe o Regimento Interno, assinale a opção correta quanto as seções cíveis

- a) As Seções Cíveis serão integradas por quatro Desembargadores, podendo julgar os feitos de sua competência com a presença de três de seus integrantes, na hipótese de falta, impedimento ou suspeição.
- b) As Seções Cíveis serão integradas por cinco Desembargadores, podendo julgar os feitos de sua competência com a presença de quatro de seus integrantes, na hipótese de falta, impedimento ou suspeição.
- c) As Seções Cíveis serão integradas por seis Desembargadores, podendo julgar os feitos de sua competência com a presença de quatro de seus integrantes, na hipótese de falta, impedimento ou suspeição.
- d) As Seções Cíveis serão integradas por cinco Desembargadores, podendo julgar os feitos de sua competência com a presença de três de seus integrantes, na hipótese de falta, impedimento ou suspeição.
- e) As Seções Cíveis serão integradas por três Desembargadores, podendo julgar os feitos de sua competência com a presença de dois de seus integrantes, na hipótese de falta, impedimento ou suspeição.

Comentários

Vamos ponto a ponto:

As Seções Cíveis serão integradas por cinco Desembargadores, podendo julgar os feitos de sua competência com a presença de quatro de seus integrantes, na hipótese de falta, impedimento ou suspeição.

Art. 55. As Seções Cíveis serão integradas por cinco Desembargadores, podendo julgar os feitos de sua competência com a presença de quatro de seus integrantes, na hipótese de falta, impedimento ou suspeição.

GABARITO: Letra B

Questão 25 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

O Tribunal de Justiça terá

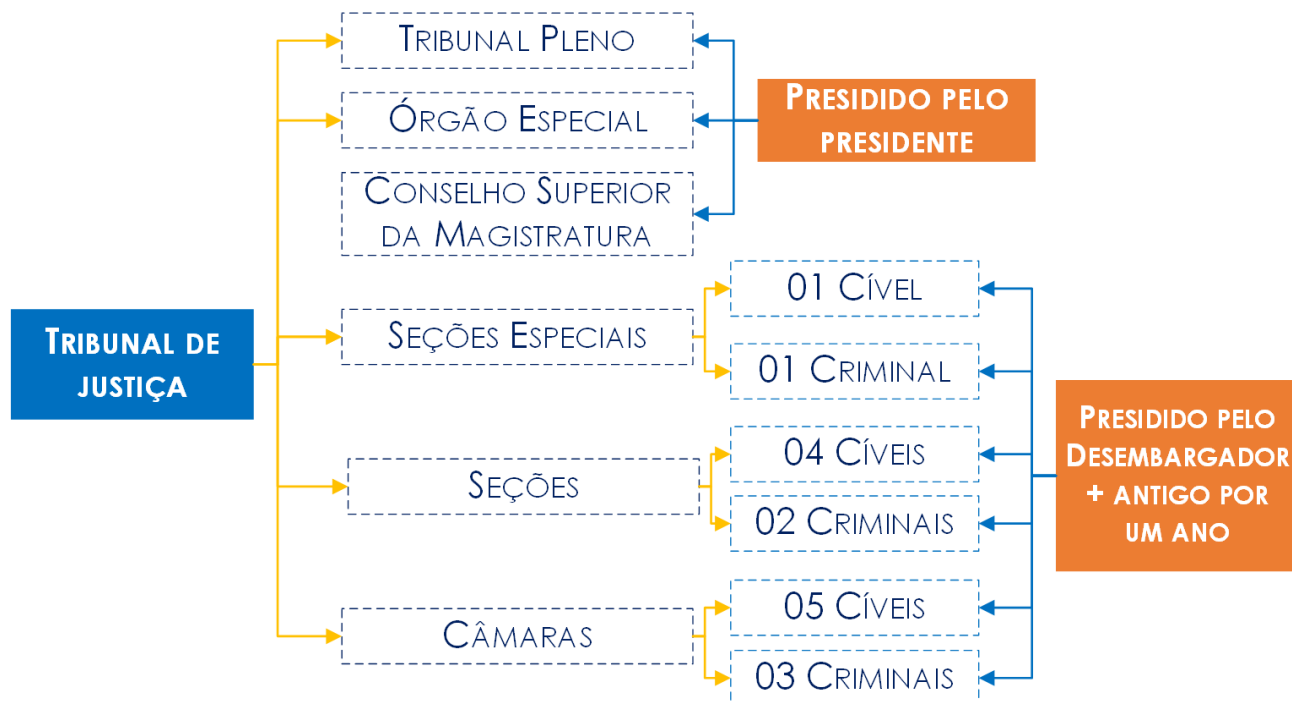
- a) Quatro seções especiais cíveis
- b) Duas Câmaras Criminais
- c) Uma Seção Cível



- d) Três Seções Criminais
e) Cinco Câmaras Cíveis

Comentários

Você tem a obrigação de memorizar o esquema abaixo:



GABARITO: Letra E

Questão 26 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Com base no que dispõe o Regimento Interno, assinale a opção correta quanto a composição e funcionamento das Seções Criminais.

- a) Cada Seção Criminal será integrada por cinco Desembargadores e julgará os feitos de sua competência, com a presença mínima de quatro de seus integrantes.
b) Cada Seção Criminal será integrada por seis Desembargadores e julgará os feitos de sua competência, com a presença mínima de cinco de seus integrantes.
c) Cada Seção Criminal será integrada por quatro Desembargadores e julgará os feitos de sua competência, com a presença mínima de três de seus integrantes.
d) Cada Seção Criminal será integrada por seis Desembargadores e julgará os feitos de sua competência, com a presença mínima de quatro de seus integrantes.
e) Cada Seção Criminal será integrada por seis Desembargadores e julgará os feitos de sua competência, com a presença mínima de dois de seus integrantes.

Comentários

Cada Seção Criminal será integrada por seis Desembargadores e julgará os feitos de sua competência, com a presença mínima de quatro de seus integrantes.



Art. 56. Cada Seção Criminal será integrada por seis Desembargadores que compõem as Câmaras Criminais

Art. 57. As Seções Criminais julgarão os feitos de sua competência, com a presença mínima de quatro de seus integrantes, sendo que os julgamentos dar-se-ão, ordinariamente, com até cinco de seus componentes quando reunidos na totalidade.

GABARITO: Letra D

Questão 27 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Haverá no Tribunal de Justiça quantas Câmaras Cíveis?

- a) Haverá no Tribunal cinco Câmaras Cíveis.
- b) Haverá no Tribunal quatro Câmaras Cíveis.
- c) Haverá no Tribunal três Câmaras Cíveis
- d) Haverá no Tribunal duas Câmaras Cíveis
- e) Haverá no Tribunal uma Câmara Cível

Comentários

São cinco Câmaras Cíveis:

Art. 61. Haverá **cinco Câmaras Cíveis**, compostas por **quatro julgadores cada uma**, [...]

Como a questão pede para assinalar a incorreta, o gabarito é a letra D.

GABARITO: Letra A

Questão 28 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Haverá no Tribunal de Justiça quantas Câmaras Criminais?

- a) Haverá no Tribunal cinco Câmaras Criminais.
- b) Haverá no Tribunal quatro Câmaras Criminais.
- c) Haverá no Tribunal três Câmaras Criminais.
- d) Haverá no Tribunal duas Câmaras Criminais.
- e) Haverá no Tribunal uma Câmara Criminais.

Comentários

São três câmaras criminais.

Art. 61. Haverá **cinco Câmaras Cíveis**, compostas por **quatro julgadores cada uma**, e **três Câmaras Criminais**, com **quatro julgadores cada**, presididas pelo Desembargador mais antigo dentre seus integrantes, com mandato de um ano, proibida a recondução, até que se esgotem todos os nomes na ordem decrescente de antiguidade.

GABARITO: Letra C

**Questão 29 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)**

Acerca do plantão permanente, assinale a opção correta.

- a) O Desembargador que analisar a tutela de urgência no plantão deve receber a distribuição por dependência.
- b) O plantão permanente, em segundo grau de jurisdição, funcionará nos dias úteis, das 19h01 às 06h59 do dia seguinte e, nos fins de semana ou nos feriados, começará às 19h01 da véspera e terminará às 06h59 do primeiro dia útil subsequente.
- c) Na mudança de escala do Desembargador plantonista, não havendo expediente forense, ele permanecerá responsável pelo plantão até o dia útil seguinte.
- d) No período de vinte de dezembro a dez de janeiro, permanecerão no plantão judiciário os Desembargadores membros da Diretoria do Tribunal, os quais passarão a exercer funções jurisdicionais, com a finalidade de apreciar as medidas de urgência.
- e) O servidor escalado pela Secretaria Judiciária para os plantões ficará de sobreaviso durante o horário do expediente, nos dias úteis, aos sábados, domingos e feriados e, se for o caso, atenderá os interessados na sede da Secretaria.

Comentários

Vamos analisar item a item:

LETRA A - Errada. A distribuição por dependência ocorre quando há algum fato ligando os autos a outros. Não é o caso do que ocorre no plantão, pois a jurisdição dos autos analisados não se vinculam ao desembargador.

Art. 78. A jurisdição referente ao plantão permanente exaure-se na apreciação da tutela de urgência, não ficando o Desembargador vinculado para os demais atos processuais.

LETRA B - Correta.

Art. 75. O plantão permanente, em segundo grau de jurisdição, funcionará nos dias em que não houver expediente, tais como os feriados, sábados, domingos; e nos dias úteis, fora do horário de atendimento ordinário.

§ 1º Nos dias úteis, o plantão será das 19h01 às 06h59 do dia seguinte e, nos fins de semana ou nos feriados, começará às 19h01 da véspera e terminará às 06h59 do primeiro dia útil subsequente.

LETRA C - Errada.

Art. 75. § 2º Na mudança de escala do Desembargador plantonista, não havendo expediente forense, ele permanecerá responsável pelo plantão **até às 12:00 horas** desse dia, e, a partir daí, responde o Desembargador que o seguir na escala de plantão

LETRA D - Errada.



2º SIMULADO TJ-MS

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
PROF. TIAGO ZANOLLA

Art. 77. No período de vinte de dezembro a **seis** de janeiro, permanecerão no plantão judiciário os Desembargadores membros da Diretoria do Tribunal, os quais passarão a exercer funções jurisdicionais, com a finalidade de apreciar as medidas de urgência

LETRA E - Errada.

Art. 76. O servidor escalado pela Secretaria Judiciária para os plantões ficará de sobreaviso **após** o horário do expediente, nos dias úteis, aos sábados, domingos e feriados e, se for o caso, atenderá os interessados na sede da Secretaria.

GABARITO: Letra B

Questão 30 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Professor)

Assinale a opção correta

- a) O Conselho Superior da Magistratura só poderá se reunir em sua composição plena.
- b) As Câmaras Cíveis e Criminais reunir-se-ão com três Magistrados, no máximo.
- c) As comissões permanentes instalar-se-ão com a presença mínima de metade de seus membros.
- d) A Seção Especial Cível se reunirá pelo menos com treze Desembargadores, sendo suas decisões tomadas pela maioria absoluta dos votos.
- e) A Seção Especial Criminal reunir-se-á com dez Desembargadores, podendo julgar os feitos de sua competência com a presença mínima de sete de seus integrantes, sendo que os julgamentos dar-se-ão, ordinariamente, com até nove dos seus componentes quando reunidos na totalidade.

Comentários

Vamos analisar uma a uma:

LETRA A - Correta.

Art. 124. O Conselho Superior da Magistratura só poderá se reunir em sua composição plena.

LETRA B - Errada.

Art. 122. As Câmaras Cíveis e Criminais reunir-se-ão com três Magistrados, no **mínimo**.

LETRA C - Errada.

Art. 125. As comissões permanentes instalar-se-ão com a presença **mínima de três** membros.

LETRA D - Errada.

Art. 121. A Seção Especial Cível se reunirá pelo menos com treze Desembargadores, sendo suas decisões tomadas pela **maioria dos votos**.

LETRA E - Errada.

Art. 121-A. A Seção Especial Criminal reunir-se-á com **doze** Desembargadores, podendo julgar os feitos de sua competência com a presença mínima de sete de seus integrantes,



2º SIMULADO TJ-MS

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PROF. TIAGO ZANOLLA

sendo que os julgamentos dar-se-ão, ordinariamente, com até nove dos seus componentes quando reunidos na totalidade.

GABARITO: Letra A